

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.837.548 - RJ (2019/0269057-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**
ADVOGADOS : **JAYME SOARES DA ROCHA FILHO E OUTRO(S) - RJ081852**
LUCIANA MARQUES TOSTO - RJ109395
LEONARDO BRUNO BRIZZANTE CUPELLO - RJ100439
LUANNA BARONE GIGLIO CORDEIRO - RJ174799
RECORRENTE : **F.AB. ZONA OESTE S.A**
ADVOGADOS : **JOÃO ALBERTO ROMEIRO - RJ084487**
BRUNO CALFAT E OUTRO(S) - RJ105258
DIEGO PORTO DE CABRERA - RJ133991
BRUNO COSTA DE ALMEIDA - RJ163939
JORGE LUIZ SILVA ROCHA - RJ156945
RECORRIDO : **OSWALDA TALARICO RODRIGUES**
ADVOGADO : **JORGE LUIZ DA SILVA DUARTE JUNIOR - RJ130683**

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. SERVIÇOS PÚBLICOS. REGULARIDADE DA COBRANÇA DE CONTRAPRESTAÇÃO PELO INCOMPLETO TRATAMENTO DE ESGOTO. MATÉRIA DE COMPETÊNCIA DA PRIMEIRA SEÇÃO (ART. 9º, § 1º, X, DO RISTJ). REDISTRIBUIÇÃO DOS AUTOS DETERMINADA.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal e de agravo interposto por F. AB. Zona Oeste S.A. contra decisão que não admitiu o processamento do seu recurso especial, por sua vez interposto com amparo nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional.

O acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro está assim ementado (e-STJ, fls. 573-589):

EMBARGOS INFRINGENTES. APELAÇÃO. CONSUMIDOR. TARIFA DE ESGOTO SANITÁRIO. PRESCRIÇÃO DECENAL. AUSÊNCIA DE TRATAMENTO DO ESGOTO SANITÁRIO. PREÇO PÚBLICO. COBRANÇA INTEGRAL INDEVIDA. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES.

Sentença que julgou improcedente a pretensão deduzida na exordial consistente na restituição, na forma simples, de 50% do valor pago pela tarifa de esgoto, bem assim na suspensão da cobrança em sua totalidade. Apelação interposta pelo autor. Acórdão dando provimento ao recurso. Embargos infringentes. Prescrição decenal,

conforme entendimento sedimentado por ocasião do julgamento do recurso repetitivo Resp. 1.113.403/RJ e pela súmula nº412. Lei nº. 11.445/07, regulada pelo decreto nº 7.217/10, traz a definição de esgotamento sanitário, como um conjunto de atividades que se integram. Legislação que autoriza a cobrança da tarifa desde que prestado o serviço. A legalidade da cobrança de tarifa de esgoto em 100% sem a efetiva prestação total de serviço, malgrado sedimentada no STJ pelo Resp 1339313/RJ, não é pacífica nesta Corte Estadual. Relatora que entende pela ilegalidade da cobrança em 100% quando não prestadas todas as etapas que compõem o serviço. Tarifa que, de fato, é destinada ao aprimoramento da prestação do serviço. Todavia, tal destinação deve ser refletida no valor da tarifa em si, que é previamente estabelecido pela concessionária consoante motivos de ordem técnica, e não na extensão de sua cobrança, que deve corresponder efetivamente ao serviço prestado. A hipótese não versa sobre política tarifária. Política tarifária compreende definição tarifária; é instrumento regulatório utilizado pela agência reguladora do setor para determinação e controle do preço público, a fim de evitar a cobrança abusiva, que seja ela bastante a custear a adequada prestação do serviço, bem assim a remunerar o concessionário pelo serviço prestado, investimentos realizados e a garantir rentabilidade ao fornecedor. Lei de concessões públicas que impõe ao cessionário a adequada prestação do serviço. Provimento judicial que tão somente irá adequar a extensão da cobrança da tarifa, cujo valor é fixo e estabelecido mediante critérios técnicos, ao serviço efetivamente prestado. Abatimento proporcional no preço se impõe, bem assim a restituição da quantia indevidamente paga pelo usuário, na forma simples. Confirmação do aresto que declarou ilegítima a cobrança integral da tarifa de esgoto sanitário, determinou a sua redução da 50% e a restituição do indébito na forma simples, observada a prescrição decenal.

NEGATIVA DE PROVIMENTO AOS RECURSOS.

Os embargos de declaração opostos por ambas as demandantes foram rejeitados.

Em suas razões recursais (e-STJ, fls. 629-667), a CEDAE defende, entre outras questões, a legalidade da cobrança da integralidade da tarifa de esgoto, ainda que parcial a prestação do serviço, nos termos do REsp repetitivo n. 1.339.313/RJ.

No mesmo sentido, também, é o que sustenta a recorrente F. AB. Zona Oeste S.A., nas razões do seu recurso especial, acostadas às fls. 676-698 (e-STJ).

Contrarrazões não apresentadas.

O apelo extremo de CEDAE foi admitido na origem, e denegado o de F. AB. Zona Oeste S.A. (e-STJ, fl. 753), levando esta insurgente à interposição do agravo

Superior Tribunal de Justiça

de fls. 814-823 (e-STJ).

Realizado o juízo de conformidade do acórdão com o entendimento do STJ sedimentado em recurso repetitivo (REsp n. 1.339.313/RS), foi mantido o acórdão recorrido (e-STJ, fl. 862-866), ascendendo os autos a esta Corte Superior.

Brevemente relatado, decido.

Dispõe o art. 9º do RISTJ que a natureza da relação jurídica em litígio determina a competência entre as Seções desta Corte, e, no caso, está-se diante de competência da Primeira Seção, disciplinada no inciso X do § 1º do referido dispositivo legal.

Isso porque a matéria da lide trata sobre preço público (tarifa), qual seja, a regularidade da cobrança de contraprestação integral pela prestação parcial de serviço de tratamento de esgoto.

A propósito, confira-se o seguinte precedente:

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA INTERNA. PRIMEIRA E QUARTA TURMAS DESTA E. STJ. SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA. PREÇO PÚBLICO. TARIFA. ART. 9º, § 1º, INCISO X, DO RISTJ. COMPETÊNCIA DA E. PRIMEIRA SEÇÃO.

I - Compete à e. Primeira Seção desta c. Corte Superior processar e julgar recurso especial cuja relação jurídica litigiosa versa sobre preço público (art. 9º, § 1º, inciso X, do RISTJ).

II - Na espécie, cuida-se, originariamente, de ação ordinária proposta por particular contra a Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE - , na qual se pleiteia a nulidade da cobrança de preço público, na modalidade de tarifa, afirmada ilegal e abusiva, bem como o restabelecimento do serviço de água no domicílio da demandante.

III - Precedentes aplicáveis: CC 43324/RJ, Corte Especial, Rel. Min. Peçanha Martins, DJ de 5/2/2007; AgRg no REsp 985.522/RS, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJe de 19/2/2009; AgRg no Ag 1084537/RJ, 1ª Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJe de 18/2/2009; AgRg no Ag 1004001/RJ, 1ª Turma, Rel. Min. Denise Arruda, DJe de 11/2/2009;

REsp 1062975/RS, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJe de 29/10/2008; AgRg no REsp 1081718/RJ, 1ª Turma, Rel. Min. Francisco Falcão, DJe 29/10/2008; AgRg no REsp 1027844/RJ, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, DJe de 23/6/2008; REsp 595.119/RJ, 2ª Turma, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ 5/3/2007.

Conflito conhecido para se declarar a competência da e. Primeira Seção.

(CC 102.588/RJ, Rel. Ministro FELIX FISCHER, CORTE ESPECIAL, julgado em 01/04/2009, DJe 20/04/2009)

Superior Tribunal de Justiça

Ademais, tal tema já foi afetado e julgado pela Primeira Seção do STJ, através da sistemática dos recursos repetitivos (REsp n. 1.339.313/RS), consoante se depreende do aresto assim ementado:

ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DOS DEJETOS. INEXISTÊNCIA DE REDE DE TRATAMENTO. TARIFA. LEGITIMIDADE DA COBRANÇA.

1. Não há violação do artigo 535 do CPC quando a Corte de origem emprega fundamentação adequada e suficiente para dirimir a controvérsia.

2. À luz do disposto no art. 3º da Lei 11.445/2007 e no art. 9º do Decreto regulamentador 7.217/2010, justifica-se a cobrança da tarifa de esgoto quando a concessionária realiza a coleta, transporte e escoamento dos dejetos, ainda que não promova o respectivo tratamento sanitário antes do deságue.

3. Tal cobrança não é afastada pelo fato de serem utilizadas as galerias de águas pluviais para a prestação do serviço, uma vez que a concessionária não só realiza a manutenção e desobstrução das ligações de esgoto que são conectadas no sistema público de esgotamento, como também trata o lodo nele gerado.

4. O tratamento final de efluentes é uma etapa posterior e complementar, de natureza sócio-ambiental, travada entre a concessionária e o Poder Público.

5. A legislação que rege a matéria dá suporte para a cobrança da tarifa de esgoto mesmo ausente o tratamento final dos dejetos, principalmente porque não estabelece que o serviço público de esgotamento sanitário somente existirá quando todas as etapas forem efetivadas, tampouco proíbe a cobrança da tarifa pela prestação de uma só ou de algumas dessas atividades. Precedentes: REsp 1.330.195/RJ, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, DJe 04.02.2013;

REsp 1.313.680/RJ, Rel. Min. Francisco Falcão, Primeira Turma, DJe 29.06.2012; e REsp 431121/SP, Rel. Min. José Delgado, Primeira Turma, DJ 07/10/2002.

6. Diante do reconhecimento da legalidade da cobrança, não há o que se falar em devolução de valores pagos indevidamente, restando, portanto, prejudicada a questão atinente ao prazo prescricional aplicável as ações de repetição de indébito de tarifas de água e esgoto.

7. Recurso especial provido, para reconhecer a legalidade da cobrança da tarifa de esgotamento sanitário. Processo submetido ao regime do artigo 543-C do CPC e da Resolução 8/STJ.

(REsp 1339313/RJ, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/06/2013, DJe 21/10/2013)

Ante o exposto, determino sejam os autos encaminhados para

Superior Tribunal de Justiça

redistribuição a um dos ministros das Turmas integrantes da Primeira Seção.

Publique-se.

Brasília (DF), 30 de setembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

